

Inundações no RS atingiram 303 mil imóveis residenciais

Cheia no RS atingiu 300 mil imóveis e 800 centros de saúde

Cerca de 635 mil pessoas moravam nas áreas alagadas, segundo estimativa baseada nos dados do Censo 2022

DELTAFOILHA

Cristiano Martins, Paula Soprana e Nicholas Pretto

SÃO PAULO A inundações históricas provocada pelas recentes chuvas no Rio Grande do Sul alagou ao menos 303 mil edificações residenciais e 801 estabelecimentos de saúde em 123 cidades, indicam dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Além disso, ficaram submersos total ou parcialmente 682 unidades de ensino, 1.347 templos religiosos, 2.601 propriedades agrícolas e mais de 48 mil edifícios utilizados para outras finalidades, como lojas, bancos, prédios públicos ou comerciais e construções. Os dados se referem às áreas alagadas até a segunda-feira (6), após temporais no fim de semana passado.

O cálculo foi realizado pela Folha a partir da sobreposição entre as coordenadas geográficas do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), resultante do Censo 2022, e o mapeamento das enchentes realizado por cientistas do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da UFRGS, com apoio da Faculdade de Engenharia e pesquisadores voluntários.

Estimativa baseada nos dados preliminares de população residente por setor censitário sugere ainda que cerca de 635,8 mil pessoas moravam nas áreas atingidas diretamente e podem ter perdido os seus imóveis ou bens materiais por consequência da elevação da água.

O levantamento considera apenas as áreas inundadas, sem levar em conta outros desdobramentos graves das chuvas, como dificuldade de abastecimento, bloqueio de estradas e falta de luz ou comunicação. De acordo com o governo estadual, 427 municípios gaúchos foram afetados até esta sexta (10).

Segundo a análise da Folha, em Porto Alegre 84,5 mil edificações residenciais — os dados do CNEFE não diferenciam casas e prédios — foram atingidas pela água. Em seguida, aparecem as cidades de Canoas (62,7 mil), São Leopoldo (38,6 mil), Lajeado (13,5 mil) e Eldorado do Sul (11,4 mil).

Em termos proporcionais, três municípios tiveram mais da metade de seus endereços residenciais inundados por água ou lama. O pior cenário é o observado em Eldorado do Sul, com 74% dos imóveis inundados de forma total ou parcial. As cidades de Estrela (57%) e Mucum (53%) completam essa lista.

Vizinho a Mucum, o município de Rocas Sales teve 42% de suas casas atingidas. Com a destruição sem precedentes, as áreas urbanas dessas duas cidades gaúchas precisarão ser reconstruídas em outros lugares.

Entre as principais preocupações do estado está a reconstrução de sistemas de saúde, não apenas hospitais e unidades de atendimento público, mas consultórios de todo porte que foram danificados e precisaram interromper os atendimentos.

Há expectativa de uma sobrecarga ainda maior sobre o sistema quando a situação normalizar. Segundo Eduar do Neubarth Trindade, presidente do Gremers (Conse-

lho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul), grandes hospitais, incluindo os de alta complexidade, não estão conseguindo realizar procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos devido à falta de insumos básicos, como água.

“Temos várias estruturas funcionando de forma precária, sem conseguir fazer exames, consultas, nem procedimentos cirúrgicos. Canoas, que é a terceira maior cidade do estado, não está fazendo procedimento nenhum”, diz. “No município, ele conta, um hospital foi evacuado na totalidade devido à inundação e outro teve o sistema elétrico queimado. “Não é só baixar a água e reabrir”.

Outra angústia na saúde diz respeito aos pacientes oncológicos que precisam interromper os tratamentos ou aos que têm diabetes e não aceitam insulina. “Eles vão precisar dessa estrutura ambulatorial para retomar seus atendimentos”, diz Trindade.

Em termos gerais, a reconstrução será longa, com previsão de êxodo populacionais, já que as inundações se repetem em algumas cidades. O Rio Grande do Sul tem uma densa rede hidrográfica, com três grandes bacias, e sua localização geográfica também contribuiu para cheias, embora desde 1941 o estado não presenciasse uma inundação desse porte. Estudos indicam que as mudanças climáticas devem agravar ainda mais a tendência a enchentes no extremo Sul do país.

Entre urbanistas, predomina a ideia de que tanto a capital como as cidades mais atingidas, concentradas no Vale do Taquari, no Vale do Rio Pardo, na Serra Gaúcha e na região metropolitana, precisam ser reconstruídas sob o alcear do planejamento e da coordenação regional.

“As bacias hidrográficas não respeitam divisões político-geográficas. O planejamento precisa ser regional, e precisa, de fato, haver planejamento. Temos desconhecidos nas últimas décadas de forma absurda, apartados da discussão do plano de Porto

Metodologia

Para identificar os imóveis atingidos, a Folha utilizou as coordenadas geográficas do CNEFE, coletadas no Censo 2022. Os locais podem ser classificados como: domicílio; construção; estabelecimento agropecuario, religioso, de ensino ou de saúde; ou “outras finalidades”. No Rio Grande do Sul, foram registrados 6,5 milhões de endereços. Todos esses pontos foram sobrepostos ao mapa da inundação traçado pelos pesquisadores da UFRGS a partir de dados do satélite Sentinel-2 capturados em 6 de maio. Foram consideradas as áreas inundadas ou cobertas de lama.

A partir daí, foi realizado um novo cruzamento para identificar o município e o setor censitário em que cada ponto alagado está inserido. Como o IBGE já divulgou os resultados preliminares de população residente por setor, foi possível estimar também o número de moradores diretamente afetados.

Inundação atingiu 357 mil edificações em ao todo 123 cidades

Extensão da inundação no Rio Grande do Sul



Edificações atingidas pela inundação na região metropolitana de Porto Alegre

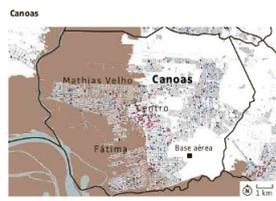


“O futuro imediato é este: manutenção da estrutura. É preciso ressaltar que nosso sistema de prevenção contra cheias no Guaíba é muito sofisticado, se não fosse pela deficiência técnica ocasionada por falta de manutenção, não teríamos desastres que ocorreram pela inundação”, afirma. “A médio e longo prazo, ele defende uma adoção de planos urbanos criados sob a ótica de parâmetros de desempenho, não apenas de capacidade construtiva, associando modelos hidrológicos, geotécnicos, ambientais, de calor e ventilação. “Cada vez mais nós alargamos nosso perímetro urbano e aumentamos nosso custo de infraestrutura, destruindo os serviços socioambientais”.

Na frente econômica, mais de 150 docentes assinaram nesta semana um manifesto para indicar medidas à reconstrução do estado. Eles culpam a falta de investimentos e o endividamento do Rio Grande do Sul a catástrofe. Destacam que, antes mesmo da enchente, o enfrentamento adequado dos efeitos derivados da crise climática, com base em estudos internacionais, deveria ser da ordem de R\$ 6 bilhões a R\$ 8,5 bilhões, vindos dos cofres públicos, e de R\$ 16 bilhões a R\$ 21,5 bilhões do setor privado. “É um patamar muito acima dos níveis recentes, que foram de apenas R\$ 1 bilhão ao ano, em média, entre 2015 e 2022, mensurados a preços de 2022”, afirmam.

A dívida do Rio Grande do Sul é apontada como um dos principais obstáculos. Eles defendem, entre várias medidas, pontos como a suspensão e reestruturação das dívidas com a União, a criação do Fundosul, um fundo constitucional para mitigação de riscos climáticos para a região, revisão de políticas de incentivo fiscal a ações que promovam maior comprometimento na sociedade sobre a gravidade da crise climática.

“Os pequenos comerciantes, os produtores rurais têm créditos que não vão conseguir honrar. Muitas empresas foram destruídas, tem todo um efeito sobre o setor produtivo e os bancos que emprestaram-se dinheiro, esse dinheiro não vai retornar”, diz o economista André Moreira Cunha, um dos autores do documento.



Fonte: Análise do DeltaFolha com dados do IBGE e da UFRGS

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano Caderno: B Pagina: 1